

### **3. PEDIDOS DE ISENÇÃO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E OUTRAS:**

Da **Divisão Financeira** submetendo à consideração do Executivo os seguintes pedidos de isenção de ocupação de espaço público, enquadradas nos Artigos H-1/16º a H-1/20º do Código Regulamentar do Município de Braga (Isenções relativas a Operações Urbanísticas no Centro Histórico), em que o DMGAP se pronunciou favoravelmente:

- António Luís Torres da Costa no valor de **184,16€;**
- Fundação Stela Oswaldo e Bonfim no valor de **34,20€;**
- Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria de Sequeira no valor de **251,30€;**
- Condomínio do Edifício "A Nacional" sito na Av. da Liberdade, nºs 660 a 672 no valor de **708,95€;**
- Virgínia Barroso Henriques no valor de **282,65€;**
- John Ferraz Lima Antunes no valor **1.467,98€.**

**Nº Informação:** 30686

**Data:** 08/10/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 881/2019 – António Luís Torres da Costa, com o número de identificação fiscal 246 014 105 – taxa de Ocupação do Espaço Público (andaime) para realização de obras de conservação e beneficiação do imóvel sito na Rua de S. Geraldo, n.º 63, União das Freguesias de Braga – Maximinos, Sé e Cidade, no valor de 184,16€ (cento oitenta quatro euros e dezasseis cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

a) Taxas de Ocupação de Espaço Público (OEP)

- i) Emissão de alvará de licença: 98,65€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,95€
- iii) OEP: 13,23€
- iv) Tapume: 57,33€

**TOTAL = 184,16€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP, através das Informações n.ºs 19744 e 19748, de 1 de julho de 2019, que se anexam.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

*António*

*Luís*



O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, só assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

*Margarida Vasconcelos*

Visto. A ordem do h. DNOSP,  
Dr. Rafael Jesus.

2019/10/10

*[Signature]*

*Concordo com a informação.  
A consideração superior.  
Rafael Jesus  
05/10/10*

*Concedo.*  
O Diretor Municipal de Gestão Administração e Prospectiva  
Miguel Antunes Guimarães

*A → do Encarregado*  
*19/10/10*  
*[Signature]*

Utilizador: Margarida Maria Vasconcelos Ferreira Mesquita Araújo

Nº Informação: 32710

Data: 24/10/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 34885/2019 – Fundação Stela Oswaldo e Bonfim, com sede na Rua da Boavista n.ºs 152/154, União das Freguesias Maximinos, Sé e Cidade, Braga, com o número de identificação fiscal 502 948 884 – Emissão de Certidões e Documentos, no valor de 34,20€ (trinta quatro euros e vinte cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que o Pedido de Certidão, para efeitos de aplicação da taxa reduzida do IVA, originou o apuramento das seguintes taxas:

- i) Apreciação do Processo de Emissão de Certidão: 22,90€
- ii) Emissão de Certidão: 11,30€

**TOTAL = 34,20€**

Consultada a conta corrente do requerente, verifica-se que não existe qualquer valor em dívida, conforme documentos anexos.

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DPCH através das Informações n.ºs 19322 e 19325, ambas de 26 de junho de 2019.

O Artigo H-1/16.º "Outras isenções e reduções" refere:

- 1- Podem beneficiar de isenções ou reduções do pagamento de taxas e outras receitas municipais:
  - a) As freguesias;
  - b) As empresas e fundações municipais ou nas quais o Município detenha influência dominante nos termos legais;
  - c) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa e as instituições particulares de solidariedade social;
  - d) As pessoas coletivas religiosas;
  - e) As associações desportivas legalmente constituídas;
  - f) Os consulados, partidos políticos e associações sindicais;
  - g) As associações ou fundações culturais, científicas, sociais, religiosas ou recreativas legalmente constituídas.

A isenção pode ser fundamentada pela alínea b) do Artigo H-1/19.º que refere: "As isenções e reduções previstas no presente Título visam: b) Facilitar a concretização das competências, fins ou finalidades estatutárias das entidades abrangidas;"

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta,





devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, só assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

*Margarida Vasconcelos*

*Paula*  
*25/10/2019*

Visto. À unidade do h. DN6AP, Ar.

*Ricardo Ferreira*

*2019/10/28*

*duro*

*Conselho.*  
O Diretor Municipal de Gestão Administrativa e Prospetiva  
*Miguel Antunes Guimarães*  
*28/10/2019*

*A ... do ...*

*19/11/19*

*[Signature]*

Utilizador: Margarida Maria Vasconcelos Ferreira Mesquita Araújo



**Nº Informação:** 32414

**Data:** 22/10/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 892/2010 – taxas referentes ao pagamento da segunda prorrogação do alvará de licença n.º 510/2016, Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria de Sequeira, com sede na Rua da Igreja, n.º 8, Freguesia de Sequeira, Braga, com o número de identificação fiscal 501 363 548, no valor de 251,30€ (duzentos cinquenta um euros e trinta cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB), nomeadamente nos artigos H -/15º, H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DGUEP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe;

- i) Emissão de alvará de licença (segunda prorrogação): 71,90€
- ii) Prazo a prorrogar - 12 mês: 179,40€

TOTAL = 251,30€

Consultada a conta corrente do requerente, verifica-se que não existe qualquer valor em dívida, conforme documentos anexos, encontrando-se por faturar e notificar os montantes acima referidos, no total de 251,30€.

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 29457, de 27 de setembro de 2019, que se anexa.

O n.º 1 do Artigo H-1/16º refere:

- a) As freguesias;
- b) As empresas e fundações municipais ou nas quais o Município detenha influência dominante nos termos legais;
- c) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa e as instituições particulares de utilidade social;
- d) As pessoas coletivas religiosas;
- e) As associações desportivas legalmente constituídas;
- f) Os consulados, partidos políticos e associações sindicais;
- g) As associações ou fundações culturais, científicas, sociais, religiosas ou recreativas legalmente constituídas.

No caso em apreço, verifica-se que a requerente se enquadra no elenco de entidades referidas na alínea g) do n.º 1 do Artigo H-1/16º do CRMB.

No entanto, com o segundo pedido de prorrogação de prazo de emissão de licença de alvará, o prazo total das obras de reconstrução do edifício é de 24 meses, ultrapassando o limite preconizado na alínea iii. do n.º 1 do Artigo H-1/17º. "Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável."

Daniel

Sendo que, de acordo com o n.º 1 do Artigo H-1/18.º "A concessão de isenções ou reduções do pagamento de taxas e outras receitas municipais compete à Câmara Municipal.", caberá ao Município tomar a decisão sobre o pedido efetuado.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, só assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.



Visto. A pedido do Sr. DN 6 SP,  
D. Rafael Jesus.

2019/10/28



Com a minha concordância,  
e concordância superior.  
Rafael, 24/10/19.

6 unidades.

O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva  
Rafael Antunes Guimarães

28/10/2019

A → do Excmo.

19/11/29

Utilizador: Margarida Maria Vasconcelos Ferreira Mesquita Araújo



Nº Informação: 31294

Data: 14/10/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 1180/2019 - Condomínio do Edifício "A Nacional" sito na Avenida da Liberdade, n.ºs 660 a 672, com o número de identificação fiscal 901 688 347 – taxa de Ocupação do Espaço Público (andaime) para realização de obras de conservação do imóvel sito na Avenida da Liberdade, n.ºs 660 a 672, União das Freguesias de S. João do Souto e S. José de S. Lázaro, Braga, no valor de 708,95€ (setecentos oito euros, noventa e cinco cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- a) Taxas de Ocupação de Espaço Público (OEP)
  - i) Emissão de alvará de licença: 98,65€
  - ii) Prazo da licença (1 mês): 14,95€
  - iii) OEP: 80,85€
  - iv) Tapume: 514,50€

**TOTAL = 708,95€**

Consultada a conta corrente do requerente, verifica-se que não existe qualquer valor em dívida, conforme documentos anexos.

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 20240, de 4 de julho de 2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

*Raunoude .*





O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, só assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.



A Consideração Superior.  
Braga, 16/10/19.

Visto. À unidade do h. DN6SP,

M. Miguel Jesus.

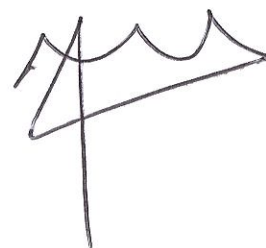
2019/10/22



Concedido.  
O Diretor Municipal de Gestão Administrativa e Prospectiva  
Miguel Antunes Gonçalves  
94

A João António

19/10/19



Utilizador: Margarida Maria Vasconcelos Ferreira Mesquita Araújo

**Nº Informação: 24602**

**Data: 12/08/2019**

**Assunto:** Análise e Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº403/2019 –Taxas de ocupação da via publica para proceder a obras de conservação de imóvel sito na Rua Conselheiro São Januário nºs 9 e 11, freguesia de S. Vicente, desta cidade, em nome de Virgínia Barroso Henriques, contribuinte nº 191688746, no valor de 282,65€ (duzentos e oitenta e dois euros e sessenta e cinco cêntimos)

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe

- i) –Emissão do alvará = 98,65€
- ii) Prazo = 1 mês x 14,95€ = 14,95€
- iii) O.V.P. = 14,00m2 x 1 mês x 2,45€= 34,30€
- iv) Tapume = 11ml x 5 pisos x 1 mês x 2,45€ = 134,75€

Total = 282,65€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP, através de I/ 6807 de 01/03/2019

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas

*Quiranda*



**BRAGA**  
Município

MGAP-DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA

despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À Consideração Superior,

A Divisão Financeira,

A Consideração Superior,  
Braga  
10/10/19.

Visto. À ordem do h. DRGAP,  
R. Miguel Jesus.

2019/10/10

Concedo.

O Diretor Municipal de Gestão Administração e Prospetiva  
Miguel Nunes Guimarães

A ~ do Entregue

19/11/24

Nº Informação: 20511

Data: 05/07/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 199/2018, taxas de emissão de alvaré e ovp, referente a obra sita na Rua da Boavista, 226/228, União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) contribuinte nº 211473367, no valor de 1 467,98 € ( mil quatrocentos e sessenta e sete euros e noventa e oito cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará de licença = 98,65 €
- ii) Prazo da licença = 24 meses x 14,95€ = 358,80€
- iii) Áreas totais de pisos = 325,30 m<sup>2</sup> x 1,15€ = 374,10€
- iv) Área de varanda 6,15 m<sup>2</sup> x 1,15€ = 7,08€
- v) Emissão de alvará de licença de o.v.p com tapume = 98,65€
- vi) Prazo da licença = 6 meses x 14,95€ = 89,70€
- vii) Áreas e prazo de o.v.p. = 6,00m +1,00m +1,00m =8,00m x 3 pisos x 6 meses x 2,45 € = 352,80€
- viii) Ocupação de via pública = 6,00m x 1,00m= 6,00m<sup>2</sup> x 6 meses x 2,45€ = 88,20 €

Total = 1 467, 98 €

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP, através do I/ 18731 de 19/06/2019

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a

*Dulinda*

*dm*



aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À Consideração Superior,

A Divisão Financeira,

*Handwritten signature*

*Considerando que o representante efetuou o pagamento de taxa municipal de urbanização (1007426) Coloque-a à consideração superior.  
Ranhorda, 09/10/19.*

*Visto. À ordem do h. DNbAP. Dr. Rafael  
Jurema.*

*2019/10/14*

*Handwritten mark*

*Considerando: A imagem em  
Diretor Municipal de Gestão Administração e Prospetiva  
Miguel Antunes Guimarães  
21/10/2019*

*A ... do ...*

*Com tempo! Responder:  
John Fereez Lima Antunes  
Ranhorda, 08/11/19.*

*19/11/19*

*Handwritten signature*



BRAGA

DMGAP - Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva

Informação - 2565

**Assunto:** Análise Isenções de taxas relativas a operações urbanísticas de reconstrução e ampliação

**Processo n.º** 401/URB/PROC/15 MCSR Construções, Lda.

*Concluído.  
À Dir. Financeira para  
os devidos efeitos.*

1901-24

1 - No processo supra identificado foi solicitado parecer jurídico, pelo Sr. Diretor da DMGAP, no sentido de esclarecer se *"A isenção a que se refere o artigo H-1/17º do CRMB é uma isenção fiscal objetiva (que abstrai da qualidade do requerente) ou subjetiva (que é atribuída em função da qualidade do requerente)..."*

Analisados os elementos disponíveis, verifica-se que a questão levantada se prende com a isenção ou aplicação de taxas por obras de reconstrução e ampliação de edifícios no centro histórico, promovidas por empresa de construção.

2 - Para enquadrar a questão, cumpre, antes de mais, invocar a mudança de paradigma instituída com as alterações legislativas e regulamentares determinadas pelo **Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRE)**, DL n.º 307/2009, de 23 de outubro, que consagrou um conjunto de reformas nos procedimentos administrativos, que visou a agilização, flexibilização e simplificação das operações urbanísticas em áreas de reabilitação urbana, tal como de edifícios ou frações, mesmo estando fora de áreas de reabilitação urbana, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos e em que se justifique essa intervenção.

Com efeito, ao sublinhar a importância da reabilitação urbana como fator de desenvolvimento das cidades e da economia no país, estabeleceu-se um regime para a "proteção do existente", que permitiu dispensar as obras de reabilitação urbana da sujeição a determinadas normas técnicas aplicáveis à construção em geral.

No seguimento dessa política de salvaguarda, foi também publicado o **Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de Abril (RERU)**, que instituiu um Regime Excecional e temporário de reabilitação de edifícios, abrangendo as obras de conservação, de alteração, de reconstrução

e de construção e ampliação, quando estas últimas sejam condicionadas por certas características pré-existentes, juntamente com as alterações de utilização. O RERU visou, em complemento das medidas consagradas no Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com a redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, dispensar as obras de reabilitação urbana da sujeição a determinadas normas técnicas aplicáveis à construção, quando as mesmas, por terem sido orientadas para a construção nova e não para a reabilitação de edifícios existentes, possam constituir um entrave à dinamização da reabilitação urbana.

Como instrumento adicional de estímulo às operações de requalificação urbana, incentivando os particulares a uma intervenção mais ativa no processo e ao estabelecimento de parcerias com as entidades públicas, consagrou-se um conjunto de **benefícios fiscais**.

O **Estatuto dos Benefícios Fiscais** instituiu, na verdade, um conjunto de incentivos específicos em matéria de reabilitação urbana, para prédios urbanos objeto de ações de reabilitação localizados em ARU, em matéria de IMI, IRS, mais-valias, rendimentos prediais e IVA.

3 - Ora, neste contexto legislativo, o Município de Braga, foi adaptando os seus regulamentos e **adotou, também, medidas de incentivo à revitalização e reabilitação de edifícios, nomeadamente, no centro histórico** - vide Artigo B-3/4.º, do Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB).

Assim, dispõe o **artigo B-3/4.º**: *"Tendo em vista incentivar e estimular a salvaguarda e revitalização do Centro Histórico, nomeadamente, através da realização de operações urbanísticas que promovam a reabilitação do edificado em cumprimento com a natureza e a especificidade das normativas urbanísticas do presente Título, institui-se a possibilidade de:*

- a) Conceder a isenção de pagamento de taxas municipais **nas condições estipuladas no Artigo H-1/17.º**;*
- b) Disponibilização de acompanhamento técnico a requerentes e técnicos, em sede de elaboração dos respetivos projetos;*

- c) Concessão de apoio técnico, ao nível da elaboração de projetos de arquitetura, a cidadãos que comprovem carência socioeconómica, a Juntas de freguesia e a instituições sem fins lucrativos.” (sublinhado nosso)*

Relativamente às **isenções e reduções de taxas**, aplica-se a Secção III, do Título I, da Parte H, do CRMB, dos artigos H-1/15.º a H-1/21.º.

No tocante às **isenções**, o CRMB estabelece a possibilidade de isenções subjetivas, em função da pessoa ou entidade que as requer- **artigo H-1/16.º**, bem como isenções relativas a operações urbanísticas no centro histórico – **artigo H-1/17.º**.

A competência para a concessão de isenções ou reduções é da Câmara Municipal, devendo, posteriormente, dar-se conhecimento das isenções e reduções concedidas, à Assembleia Municipal. (cfr. artigo H-1/18.º)

Importa, também, destacar o disposto no artigo H-1/19.º (fundamentação das isenções e reduções).

Conforme resulta do **artigo B-3/4.º** supra transcrito, as operações urbanísticas que promovam a reabilitação do edificado em cumprimento com a natureza e a especificidade das normas urbanísticas do Título B-3, poderão ser isentas de taxas, nos termos do definido no artigo H-1/17.º.

Por seu turno, dispõe o **artigo H-1/17.º**:

*“1 – No âmbito dos incentivos previstos no Artigo B-3/4.º, o Município de Braga institui o programa de isenção de pagamento de taxas municipais, nas condições e preceitos a seguir enunciados:*

- i. Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;*



- ii. *Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;*
- iii. *Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.*

*2 - A isenção de pagamento de taxas só poderá ser concedida uma vez cumpridas todas as formalidades legais e regulamentares, indispensáveis à aprovação da operação urbanística inerente, e na condição de, relativamente à operação urbanística em análise, não se ter verificado, em nenhum momento, o desrespeito pelo disposto no Título B-3 ou pela legislação aplicável e em vigor.”*

4 - Enquadrada a questão, afigura-se-nos que à situação em apreço, se aplica o disposto no artigo H-1/17.º, cujo fundamento é, precisamente, tal como resulta da leitura conjugada da norma com o artigo B-3/4.º, o incentivo às operações urbanísticas aí elencadas, designadamente, às operações de reabilitação. É essa a razão de ser da norma: o incentivo e o incremento das operações de reabilitação e reconstrução nos edifícios do centro histórico.

Esta norma especial, não contendendo nem contrariando o disposto no artigo H-1/19.º, norma geral e programática, de fundamentação geral, para os pedidos de isenção e redução, **estabelece, no entanto, uma fundamentação específica e particular, a verificar, no caso concreto, para as situações que elenca.**

Face ao exposto, parece-nos irrelevante a questão de saber quem (sujeito) requer a isenção e quais as condições económicas do requerente, **uma vez que a isenção se aplica (ou poderá ser aplicável, desde que reunidos os pressupostos constantes do art. H-1/17.º) à operação urbanística, objetivamente considerada.**

Assim, em jeito de conclusão, afigura-se-nos claro que a isenção a que se refere o artigo H-1/17º do CRMB é uma isenção fiscal objetiva (que abstrai da qualidade do requerente), porque atribuída em função da concretização de determinada operação urbanística que se pretende incentivar, no âmbito do que vem sido sustentado nos diplomas legais supra analisados.

Este é s.m.o., o nosso parecer.

A Jurista,

*João Beirão*  
22/01/2019.

DMGAP

Concordo com a  
interpretação da M.ª Ana Bernardo.  
Remeter à M.ª Olga Pereira  
Como esta interpretação merece a  
concordância do M.º Presidente, ser  
de adoptar este entendimento, mas  
e em todos os casos autônomos.  
Após despacho, remeter à Direcção  
Financeira.  
Cópia à DMUOP.

23/01/2019 *dy*